



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI Nº 57/2006

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	14
Visto:	7/8/06

RECEBIDO EM: 22 de maio de 2006.

Nº DO PROJETO: 57/2006

SÚMULA: Institui Programa Calçadas nos Bairros.

AUTOR: Vereadores Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Nelson Bertani – PDT e Valmir Tasca – PFL.

LEITURA EM PLENÁRIO: 22 de maio de 2006.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO: Volmir Sabbi – PT

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Osmar Braun Sobrinho – PV

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS: Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 28 de junho de 2006.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 3 de julho de 2006.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 4 de julho de 2006.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 368/2006.

**Lei nº 2646, de 5 de julho de 2006**

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 3837, do dia 4 de agosto de 2006.

# DIÁRIO DO SUDOESTE

ANO XXI

EDIÇÃO 3837

PATO BRANCO, SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2006

R\$ 1,50

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 2.646, DE 5 DE JULHO DE 2006

Institui Programa Calçadas nos Bairros.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído Programa Calçadas nos Bairros, destinado à construção de passeios nos bairros do Município de Pato Branco, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida.

**Art. 2º** Para implementação do programa instituído por esta lei, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem, os seguintes materiais e serviços:

- I – lajota tamanho 47 cm X 47 cm;
- II – aterro ou retirada de terra;
- III – pó de pedra;
- IV – horas máquina limitada a 2 (duas) horas.

**Parágrafo único.** As calçadas serão edificadas, atendendo os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da NBR (Norma Brasileira de Regulamentação) 9050/1994, feita pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**Art. 3º** Competirá aos proprietários de imóveis que aderirem o Programa Calçadas nos Bairros, os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.

**Art. 4º** O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUPB definirá o padrão e os locais onde as calçadas serão edificadas, de acordo com o interesse do Município.

**Parágrafo único.** Definidos o padrão e os locais, o IPPUPB divulgará a ordem em que serão executadas as obras objeto do Programa instituído por esta lei.

**Art. 5º** A execução da obra de edificação de calçadas ficará condicionada a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis beneficiados pela obra.

**Parágrafo único.** O Município suportará os custos dos serviços de mão-de-obra para o restante dos imóveis não autorizados pelos proprietários, devendo ressarcir-se, posteriormente, mediante lançamento de contribuição de melhoria.

**Art. 6º** As despesas decorrentes para a execução do aludido Programa correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.

**Art. 7º** A execução, coordenação, fiscalização e o recebimento da obra ficará a cargo da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do Projeto de Lei nº 57/2006, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo, Cilmar Francisco Pastorello, Nelson Bertani e Valmir Tasca. Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 5 de julho de 2006.

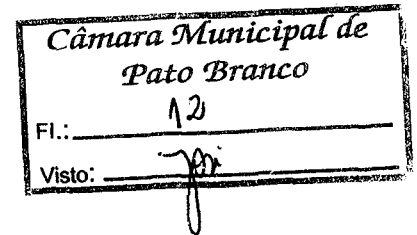
ROBERTO VIGANÓ  
Prefeito Municipal



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI Nº 57/2006



Súmula: Institui Programa Calçadas nos Bairros.

**Art. 1º.** Fica instituído Programa Calçadas nos Bairros, destinado à construção de passeios nos bairros do Município de Pato Branco, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida.

**Art. 2º.** Para implementação do programa instituído por esta lei, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem, os seguintes materiais e serviços:

- I – lajota tamanho 47 cm X 47 cm;
- II – aterro ou retirada de terra;
- III – pó de pedra;
- IV – horas máquina limitada a 2 (duas) horas.

**Parágrafo único.** As calçadas serão edificadas, atendendo os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da NBR (Norma Brasileira de Regulamentação) 9050/1994, feita pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**Art. 3º.** Competirá aos proprietários de imóveis que aderirem o Programa Calçadas nos Bairros, os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.

**Art. 4º.** O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUPB definirá o padrão e os locais onde as calçadas serão edificadas, de acordo com o interesse do Município.

**Parágrafo único.** Definidos o padrão e os locais, o IPPUPB divulgará a ordem em que serão executadas as obras objeto do Programa instituído por esta lei.

**Art. 5º.** A execução da obra de edificação de calçadas ficará condicionada a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis beneficiados pela obra.

**Parágrafo único.** O Município suportará os custos dos serviços de mão-de-obra para o restante dos imóveis não autorizados pelos proprietários, devendo ressarcir-se, posteriormente, mediante lançamento de contribuição de melhoria.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes para a execução do aludido Programa correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.






# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

**Art. 7º.** A execução, coordenação, fiscalização e o recebimento da obra ficará a cargo da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 57/2006, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Nelson Bertani – PDT e Valmir Tasca – PFL.

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	11
Visto:	





R O T U C O L O 03 Jul 2006 16:21 405913 1/1

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

3/07/06

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	10
Visto:	[assinatura]

**EXMO. SR.  
LAURINDO CESA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.**

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para apreciação do douto Plenário desta Casa Legislativa, as seguintes **EMENDAS ao Projeto de Lei nº 57/2006:**

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do “CAPUT” do artigo 2º do Projeto de Lei nº 57/2006, passando a vigorar com o seguinte teor:

**“Art. 2º Para implementação do Programa instituído por esta lei, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que comprovarem possuir renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, os seguintes materiais e serviços:”**

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 5º do Projeto de Lei nº 57/2006, passando a vigorar com o seguinte teor:

**“Art. 5º A execução da obra de edificação de calçadas ficará condicionada a concordância e ao cumprimento da condicionante constante no “caput” do artigo 2º pelo proprietário do imóvel.**

**Parágrafo único. Aos proprietários de imóveis que não comprovarem o cumprimento da condição disposta no “caput” do artigo 2º, o Município poderá executar as obras de edificação de calçadas, mediante a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários, cobrando pelo material e custo do serviço de mão-de-obra, posteriormente, mediante lançamento de contribuição de melhoria.”**

Nestes termos, pedem deferimento.  
Pato Branco, 3 de julho de 2006.

  
**Osmar Braun Sobrinho** -----



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## **Comissão de Justiça e Redação**

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	09
Visto:	por

Projeto de Lei n.57/2006 – Institui o Programa Calçada nos Bairros.

Proponente: Aldir Vendruscolo (PFL)  
Cilmar Francisco Pastorello (PL)

Parecer do Relator Vereador Volmir Sabbi (PT)

Considerando:

1. a possibilidade legal dos vereadores proporem o projeto em tela, pois há previsão orçamentária para os gastos públicos decorrentes da implantação do programa em tela;
2. a possibilidade legal do Município propor e impor uma ação desta natureza em função do interesse público se sobrepor ao individual e em função das atribuições legislativas municipais;
3. a existência de legislação municipal (Código de Posturas - Lei 321 de 25 out.1978) que estabelece a competência de confeccionar as calçadas para os proprietários;
4. a importância social do Poder Público auxiliar os moradores dos bairros a, também, terem calçadas no seu ambiente público;
5. a necessidade do Poder Público agir ativamente no sentido de confeccionar calçadas para pedestres por uma questão de segurança;
6. a disponibilidade de lajotas usadas resultantes da troca de pavimentação para pedestres no centro da cidade que, por disposição de lei, seriam de propriedade do Município nos casos em que a Prefeitura contribuisse com os blocos de concreto para a troca dos referidos pavimentos na área central;
7. a preocupação explicitada no Projeto de Lei em relação ao cumprimento das normas técnicas de acessibilidade (NBR 9050/94);
8. que, nos bairros, há uma tendência de maior disponibilidade de mão-de-obra para a realização dos trabalhos;

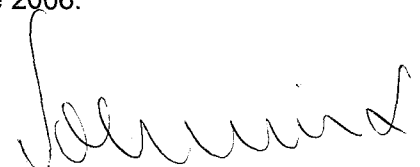
Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	08
Visto:	7/01

9. que haverá um planejamento público, estabelecido pelo IPPUPB, de prioridades e padrões de execução dos trabalhos em parceria com os moradores;

Somos de PARECER FAVORÁVEL do Projeto de Lei 57/2006.

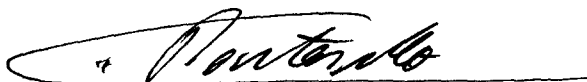
É o parecer deste relator

Pato Branco, 27 de junho de 2006.



Volmir Sabbi (PT)

Relator e Pres. Com. de Justiça e Redação



Cilmar F. Pastorello  
Membro Comissão



Nelson Bertani  
Membro Comissão



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2006**

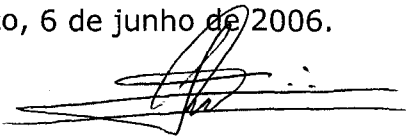
Através do projeto de lei em estudo, os nobres pares Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Nelson Bertani – PDT e Valmir Tasca – PFL, pretendem instituir Programa Calçadas nos Bairros, destinado a construção de passeios, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida aos moradores dos Bairros do município de Pato Branco.

Competirá ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUPB definir o padrão e os locais onde as calçadas serão edificadas, de acordo com o interesse do Município e a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a execução, coordenação, fiscalização e o recebimento da obra. A construção de calçadas é necessária para a segurança dos pedestres e melhoria da qualidade de vida da população. Com esta lei o Município disponibilizará materiais e serviços e os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra, com a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis, para a execução da obra de edificação de calçadas nos bairros.

Para implementação do referido Programa, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem, lajotas tamanho 47 cm X 47 cm, aterro ou retirada de terra, pó de pedra e horas/máquina limitada a 2 (duas) horas. Em contrapartida os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.

Dessa forma, pelo interesse público da matéria, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, SMJ.  
Pato Branco, 6 de junho de 2006.

  
**Osmar Braun Sobrinho – PV**  
Presidente – RELATOR

  
**Guilherme Sebastião Silverio – PMDB**  
Membro

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	07
Visto:	701

  
**Valmir Tasca – PFL**  
Membro Relator





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2006**

Através do projeto de lei em estudo, os nobres pares Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Nelson Bertani – PDT e Valmir Tasca – PFL, pretendem instituir Programa Calçadas nos Bairros, destinado a construção de passeios, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida aos moradores dos Bairros do município de Pato Branco.

Com a aprovação deste projeto de lei o Município disponibilizará materiais e serviços e os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra, com a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis, para a execução da obra de edificação de calçadas nos bairros.

O Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem ao Programa, lajotas tamanho 47 cm X 47 cm, aterro ou retirada de terra, pó de pedra e horas/máquina limitada a 2 (duas) horas. Em contrapartida os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.

Após analisar o orçamento, constatamos haver previsão de recursos (dotação orçamentária) para fazer face às despesas decorrentes da construção e conservação de passeios nas ruas.

Diante do exposto, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 7 de junho de 2006.

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	06
Visto:	78r

**Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB**  
Presidente – Relator

**Aldir Vendruscolo – PFL**  
Membro

**Márcia F. de Carvalho Kozelinski – PPS**  
Membro



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	05
Visto:	<i>[assinatura]</i>

## **ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2006**

Pretendem os ilustres Vereadores Aldir Vendruscolo e Cilmar Francisco Pastorello, através do Projeto de Lei em apreço, obter o apoio do douto Plenário desta Casa Legislativa para instituir Programa Calçadas nos Bairros, destinado a construção de passeios, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida aos moradores dos Bairros do município de Pato Branco.

Segundo a proposição, para implementação do referido Programa, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem, lajotas tamanho 47 cm X 47 cm, aterro ou retirada de terra, pó de pedra e horas máquina limitada a 2 (duas) horas. Em contrapartida os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.

A proposição objetiva instituir parceria entre o Poder Público e proprietários de imóveis dos Bairros de Pato Branco, voltada a segurança dos pedestres e melhoria da qualidade de vida da população, em que o Município auxiliará com a disponibilização de materiais e serviços e os proprietários arcarão com os custos dos serviços de mão-de-obra para execução das calçadas, no sentido inverso do que ocorre na área central da cidade.

Sobre o tema em questão, a Constituição Federal em seu artigo 30, incisos I e VIII, e artigo 182 “caput”, assim preceitua:

### **“Art. 30 - Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;”**

**“Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Câmara Municipal de  
Pato Branco

Fl.:

04

Visto:

Além disso, conforme se observa da citação doutrinária retirada da obra Direito Municipal Brasileiro, de autoria do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, **detém o Município Poder de Polícia, que é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. No âmbito municipal o poder de polícia incide sobre todos os assuntos de interesse local, especialmente sobre as atividades urbanas que afetem a vida da cidade e o bem-estar de seus habitantes. A razão do poder de polícia é a necessidade de proteção do interesse social e o seu fundamento está na supremacia geral que a Administração Pública exerce sobre todas as pessoas, bens e atividades, supremacia que se revela nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que a cada passo opõem condicionamentos e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade, incumbindo ao Poder Público o seu policiamento administrativo. Para propiciar segurança, higiene, saúde e bem-estar à população local o Município pode regulamentar e policiar todas as atividades, coisas e locais que afetem a coletividade de seu território.**

Segundo a proposição, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUB competirá a definir o padrão e os locais onde as calçadas serão edificadas, de acordo com o interesse do Município e a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a execução, coordenação, fiscalização e o recebimento da obra.

A proposição vincula a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis, para a efetiva execução da obra de edificação de calçadas nos bairros.

A respeito do tema, o Código de Posturas (Lei nº 321, de 25 de outubro de 1978), assim preconiza:

**“Art. 58. ....**

**§ 1º Os proprietários de prédios situados em logradouros que possuem meio-fio e calçamento, são obrigados a calçar os passeios e mantê-los em bom estado de conservação, de acordo com as normas ditadas pela municipalidade.**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

**§ 2º Danificados os passeios ou outros logradouros pela arborização das vias públicas, repará-los-á o Município à sua custa.”**

**“Art. 192. Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios.”**

**“Art. 193. Não serão permitidos muros e passeios construídos ou reconstruídos em desacordo com as especificações técnicas e regulamentares.”**

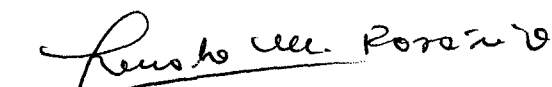
Pelo que se denota dos ditames legais acima reportados, a regra é que aos proprietários dos imóveis compete a construção e conservação de passeios, todavia pode o Município dentro de suas atribuições de poder de polícia, buscando a segurança dos pedestres, subsidiar na execução dos passeios (calçadas), mediante contrapartida dos proprietários de imóveis.


Verificando o orçamento, constatamos haver previsão de recursos (dotação orçamentária) para fazer face as despesas decorrentes da presente proposição (construção e conservação de passeios nas ruas).

Feitas essas considerações, cumpridas as formalidades legais, está a matéria em condições de seguir sua regimental tramitação.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 2 de junho de 2006.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	03
Visto:	



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	02
Visto:	<i>[Signature]</i>

**EXMO. SR.****LAURINDO CESA****PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.**

Os Vereadores infra-assinados, **ALDIR VENDRUSCOLO – PFL** e **CILMAR FRANCISCO PASTORELLO – PL**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação e deliberação plenária, o seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº 57/2006**

**Súmula:** Institui Programa Calçadas nos Bairros.

Art. 1º Fica instituído Programa Calçadas nos Bairros, destinado a construção de passeios nos bairros do município de Pato Branco, visando proporcionar segurança aos pedestres e melhoria da qualidade de vida.

Art. 2º Para implementação do Programa instituído por esta lei, o Município disponibilizará aos proprietários de imóveis que o aderirem, os seguintes materiais e serviços:

- I- lajota tamanho 47 cm X 47 cm ;
- II – aterro ou retirada de terra;
- II – pó de pedra;
- III – horas máquina limitada a 2 (duas) horas.

Parágrafo único. As calçadas serão edificadas, atendendo os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da NBR (Norma Brasileira de Regulamentação) 9050/1994, feita pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 3º Competirá aos proprietários de imóveis que aderirem o Programa Calçadas nos Bairros, os custos dos serviços de mão-de-obra para execução da calçada.



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Art. 4º O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco – IPPUPB definirá o padrão e os locais onde as calçadas serão edificadas, de acordo com o interesse do Município.

Parágrafo único. Definidos o padrão e os locais, o IPPUPB divulgará a ordem em que serão executadas as obras objeto do Programa instituído por esta lei.

Art. 5º A execução da obra de edificação de calçadas ficará condicionada a concordância de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos proprietários de imóveis beneficiados pela obra.

Parágrafo único. O Município suportará os custos dos serviços de mão-de-obra para o restante dos imóveis não autorizados pelos proprietários, devendo ressarcir-se, posteriormente, mediante lançamento de contribuição de melhoria.

Art. 6º As despesas decorrentes para a execução do aludido Programa correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.

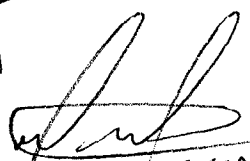
Art. 7º A execução, coordenação, fiscalização e o recebimento da obra ficará a cargo da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.

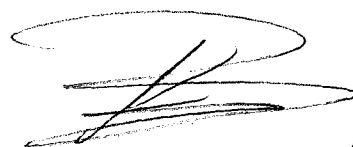
Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2006.

  
Aldir Vendruscolo – PFL  
PROPONENTE

  
Cilmar Francisco Pastorello – PL  
PROPONENTE

  
VALMIR TASCA PFL  
06-06-06

  
NELSON BORTOLIN

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	02
Visto:	